



Câmara Municipal de Carmo da Mata

Projeto de Lei nº 1.810/2023

Determina que os agentes de crimes de maus-tratos a animais arquem com as despesas do tratamento do animal agredido.

A Câmara Municipal de Carmo da Mata, estado de Minas Gerais, nos termos que dispõe o art. 75, da Lei Orgânica do Município, decreta:

Art. 1º - Aquele que cometer crime de maus-tratos a animais, nos termos da legislação federal vigente, fica obrigado a arcar com as despesas relativos a seu ato, como aquelas decorrentes de assistência veterinária e demais gastos decorrentes da agressão.

Art. 2º - O agressor ficará obrigado, inclusive, a ressarcir a Administração Pública de todos os custos relativos aos serviços públicos de saúde veterinária prestados para o total tratamento do animal.

Art. 3º - O ressarcimento de que trata esta lei não substitui as demais sanções penais ou administrativas aplicáveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carmo da Mata, em 02 de outubro de 2023.

Walter Lorianio de Oliveira

Vereador



Câmara Municipal de Carmo da Mata

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e colegas,

O presente projeto visa responsabilizar os agressores que cometerem maus-tratos aos animais arquem com as despesas do tratamento ao animal agredido.

Dispõe a Constituição Federal, em seu art.225, 1º, VII:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”.

Contudo, é vedado qualquer prática que submeta os animais a crueldade ou agressão. Além da Constituição Federal, há também a Lei de Crimes Ambientais – Lei Federal nº 9.605/98, coíbe as práticas de maus-tratos aos animais, estabelecendo as penalidades, tanto para os animais silvestres quanto para os domésticos. Entretanto, a prática de maus-tratos e crueldade ocorrem com constância.

Assim, certo da importância e relevância da presente proposição contamos com a colaboração dos nobres para sua aprovação.

Dessa forma, solicito atenção aos nobres vereadores para a discussão e aprovação do projeto de lei.

Carmo da Mata/MG, 02 de outubro de 2023.

Walter Loriano de Oliveira

Vereador